



**ATA DA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VISEU,
COMEMORATIVA DO VINTE CINCO DE
ABRIL REALIZADA NO DIA VINTE E CINCO
DE ABRIL DE DOIS MIL E TREZE.**

----- No dia vinte e cinco de abril de dois mil e treze, teve lugar no edifício da Sede da Junta de Freguesia de Calde a Sessão Extraordinária da Assembleia Municipal, Comemorativa do XXXIX Aniversário do 25 de abril a qual foi presidida pelo Senhor Presidente da Assembleia Municipal, António Joaquim Almeida Henriques, secretariado pelo Senhor António Elísio de Jesus Dias, como primeiro secretário e a Senhora Cristina Paula Cunha Pereira Gomes, como segunda secretária. -----

-----A Sessão teve início às onze horas e 10 minutos, tendo-se verificado as faltas dos Senhores Deputados: Aldina da Conceição Fernandes de Jesus Almeida (Justificada), Carlos Fernando Ermida Rebelo (Justificada), Helena Maria Vala Correia (Justificada), José dos Santos Costa (Justificada), Marco Alexandre Ferreira Rodrigues (Justificada), Florbela de Almeida Correia Soutinho e Jorge Anselmo Martins.-----

- MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA, após verificação das faltas dos Senhores Deputados acima referenciados e tendo verificado a existência de quórum, deu início à Sessão dizendo o seguinte: Muito bom dia. Penso que já estamos todos devidamente instalados. Muito bom dia a todos, sejam bem-vindos a esta Sessão Extraordinária da Assembleia Municipal de Viseu, que comemora XXXIX Aniversário do 25 de abril. -----

Quero cumprimentar o Senhor Presidente da Câmara, os Senhores Vereadores, os Senhores Deputados Municipais, os Senhores Presidentes de Junta, as diferentes Autoridades presentes aqui na nossa Sessão Extraordinária e saudar também a População da Freguesia de Calde.-----

Vamos então dar início à nossa ordem de trabalhos, que como sabem tem primeiro a intervenção dos representantes dos partidos políticos com assento na Assembleia Municipal, depois a intervenção do Senhor Presidente, mas em primeiro lugar iria dar a palavra ao Senhor presidente da Junta de Calde, para nos dirigir umas palavras de boas vindas e ao mesmo tempo, agradecer desse já toda a disponibilidade que teve, na sua pessoa e na pessoas dos elementos da junta, enfim a hospitalidade de receberem esta Sessão da Assembleia Municipal aqui na Freguesia. Tem a palavra.

- UM - O SENHOR PRESIDENTE DA JUNTA DE PREGUESIA DE CALDE (PSD):
Exmo. Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Senhor Presidente da Câmara de Viseu, Senhor Vice-Presidente e Senhores Vereadores da Câmara Municipal, Senhor Secretário e Senhora Secretária da Assembleia Municipal de Viseu, Membros da Assembleia Municipal e meus Colegas Presidentes de Junta, Entidades Cívicas, Militares e Religiosas, Senhor Presidente da Assembleia de Freguesia de Calde e respetivos Membros, Comunicação Social, Caras Amigas e Amigos em geral. Em nome do Povo da Freguesia de Calde, desejo-vos a todos as boas vindas e manifesto desde já a alegria e honra que nos deram de vir à nossa terra, e com as nossas gentes, fazer esta grande homenagem ao pilar da condução das nossas vidas, a Liberdade. Em nome da Freguesia de Calde, Bem-haja. Comemoramos hoje o XXXIX Aniversário de um acontecimento que ficará para sempre marcado na nossa memória e na de todos os Portugueses. O 25 de abril, ficará inscrito para sempre no coração de todos nós, como um dos mais belo sinónimo daquilo que é a Liberdade. Este conceito que nos é tão caro, intrínseco ao nosso carácter e à nossa forma de estar na vida e na sociedade. Reconhecemos todos, fruto desta data que a Liberdade constitui um pilar essencial da Democracia. Com ela conseguimos a consagração dos



direitos individuais, à vida, à liberdade, à propriedade, ao respeito do bem comum, à igualdade de oportunidades, à equidade na justiça e à qualidade de vida. Hoje em Portugal, vivemos em Democracia e em Liberdade, porque um punhado de militares no dia vinte e cinco de abril de mil novecentos e setenta e quatro, libertou o nosso País da ditadura, restituindo aos Portugueses o sonho de um futuro mais solidário. Orgulhamo-nos de ser um dos Países que vivem em Democracia plena e orgulhamo-nos dos nossos eleitos locais, quer das Freguesias, quer da Câmara Municipal a promoverem ao longo dos anos. Todos em comunhão de esforços pela participação de todos os cidadãos demonstraram disponibilidade para dar o contributo em benefício do desenvolvimento das nossas aldeias, das nossas vilas e da nossa cidade, na construção de um futuro mais digno para os nossos filhos, honrando esta herança de mil novecentos e setenta e quatro e que tão bem nestes anos a souberam conservar e crescer. Assim, o desafio para todos nós, para a qualidade da nossa Democracia é que todos sem exceção participemos proactivamente na discussão e na decisão dos assuntos que dizem respeito ao bem comum e que façamos tanto no seio das nossas famílias, como na rua, nas associações da sociedade civil, nas organizações políticas, nos agentes culturais, sociais, económicos ou em qualquer outro local. É isso que modestamente a minha Freguesia tem vindo a fazer, ouvindo tudo e todos, deslocando-se às localidades e aos agentes locais para ir escutar as pessoas as populações e os seus representantes, sabendo que essa atitude constitui um auxílio precioso para governar melhor, com qualidade acrescida. Não nos esqueçamos porém que a Liberdade significa responsabilidade, e que a Liberdade que cada um de nós usufrui cessa quando começa a do outro. Cada um de nós tem de assumir a responsabilidade daquilo que diz e daquilo que faz em nome da Liberdade e deve respeitar o próximo da mesma forma que exige respeito para si próprio. A Liberdade não nasce connosco, deve ser conquistada pela pessoa e na pessoa. Nós os que tivemos o privilégio de viver uma parte das nossas vidas em Liberdade e aqueles, os mais jovens que nasceram no seio dela, somos todos os fiéis depositários dessa herança, e cabe-nos o papel de defender a Liberdade até às últimas consequências e contribuir diariamente para o seu aperfeiçoamento, mas nunca podemos esquecer o testemunho fundamental que aqueles militares heroicos nos deixaram ao celebrar a revolução de abril. Temos de continuar a mostrar que conquistámos a democracia sem violência nem sangue. Os cravos devem continuar a anunciar um país livre sem confrontos nem sectarismos. É essa lição maior que temos de continuar a seguir no dia de hoje, tanto mais que atravessámos tantos problemas e tantas preocupações mas com paz social e responsabilidade democrática conseguiremos. Desta forma singela, a Freguesia de Calde regozija-se de recordar em representação de Viseu, cidade dos nossos corações livres, o Dia da Liberdade.-----

Viva os vinte cinco de abril, Viva a Liberdade, Viva a Freguesia de Calde e Viva Viseu.-----

- MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA: Muito obrigado Senhor Presidente da Junta de Calde. Vamos agora dar início às intervenções dos representantes dos partidos políticos. Começo por dar a palavra à representante do Bloco de Esquerda.-----

- DOIS - A SENHORA DEPUTADA MUNICIPAL MANUELA MARIA COELHO ANTUNES (BE): Vão-me permitir que quebre todos os protocolos de cumprimentos vou-me dirigir a todos e a todas como camaradas.-----

Camaradas no sentido de homens e mulheres que apesar de não sermos adeptos e adeptas das mesmas ideologias políticas e partidárias, temos a grande responsabilidade de, com as nossas ações e decisões nunca pôr em causa o nosso estado democrático que deverá ser sempre promotor de justiça e igualdade.-----

Trinta e nove anos passaram sobre uma ditadura que subjugou e reprimiu o povo português e o conduziu à miséria, ao atraso, à repressão e à guerra colonial. Trinta e nove anos passaram do dia vinte e cinco de abril de mil novecentos e setenta e quatro, que nos abriu as portas para podermos estar aqui hoje reunidos, onde a pluralidade de ideias e opiniões podem ser confrontadas, discutidas e partilhadas. Assim, parece-me fundamental



relembrar constantemente os perigos que um estado democrático corre se as suas políticas não forem feitas com as pessoas e para as pessoas, tendo sempre presente que em democracia não há inevitabilidade, há sempre alternativa.

O Bloco de Esquerda tem apresentado alternativas para a crise financeira que está a assolar o nosso país. Há dois anos o Bloco de Esquerda ficou sozinho a defender a renegociação da dívida. Chamaram-nos radicais, caloteiros e outros impropérios. O ministro Victor Gaspar dizia que renegociar “jamais”! Que seria claudicar perante os credores. Entretanto, pede o alargamento por sete anos dos prazos de pagamento da dívida, com a anuência de Bruxelas. Claro que não basta a extensão das maturidades. É necessário ainda renegociar os juros e exigir a anulação de parte da dívida, a chamada “dívida ilegítima” que se calcula ser cerca de quarenta por cento dos montantes.-----

Só se conseguirá promover políticas de investimento e de criação de emprego, libertando-nos das imposições da Troika que, passados dois anos, só conseguiram fazer crescer a dívida cerca de trinta mil milhões de euros, ou seja, cinquenta e seis milhões por dia, ou se preferirem ainda, dois milhões de euros por dia.-----

O governo PSD/CDS têm insistido em ser mais troiquistas do que a Troika impondo medidas de austeridade no valor de vinte e quatro mil milhões de euros que no entanto apenas resultou em sete mil milhões de consolidação orçamental. Ou seja, esfumaram-se dezassete mil milhões de euros.-----

Outra medida que o BE tem vindo a defender há mais de um ano é o reforço da Caixa Geral de Depósitos colocando-a, ao serviço da economia, financiando as pequenas e médias empresas. Não sendo necessário, por isso, criar nenhum banco de fomento como alguns defendiam. Agora, no último Conselho de Ministros foi aprovada uma carta de missão enviada à Administração da CGD para garantir o financiamento às PME.-----

Vejam só o tempo que se perdeu com a teimosia do governo. Quantas empresas foram à falência e quantos milhares de trabalhadores foram parar ao desemprego.-----

Note-se a propósito que, segundo estatísticas da própria Segurança Social, mais de cinquenta e cinco por cento dos desempregados não recebem subsídio de desemprego ou qualquer outro apoio do estado. É de salientar, também, que apesar de todas as conquistas de abril as desigualdades sociais têm aumentado. Mesmo no que diz respeito à igualdade de género, as mulheres continuam a ganhar menos dezoito por cento do que os homens (isto são dados do 1º trimestre deste ano da comissão para a igualdade e emprego) e apenas um terço dos cargos de chefia são ocupados por mulheres apesar de trinta e seis por cento das mulheres terem formação superior contra trinta por cento dos homens.-----

O Bloco de Esquerda lutará sempre, e defenderá sempre:-----

Por um serviço nacional de saúde universal, próximo das populações e tendencialmente gratuito, defenderá sempre a escola pública gratuita e de qualidade para todas as crianças e jovens, pelo estado social impedindo assim o seu desmantelamento a pretexto da necessidade de cumprir as imposições da troika, lutará sempre pela democracia local em defesa das freguesias e do poder local, pelo investimento publico que crie emprego e apoie a fixação das populações, pelo apoio do estado à cultura, pelo apoio do estado em defesa do património natural, histórico e cultural, pela igualdade de género.-----

Só assim vale e valerá a pena celebrar o vinte e cinco de abril, lutar pela construção de novas políticas que sejam alternativas às políticas de empobrecimento, restrição de direitos e de asfixia de liberdades.-----

O povo tem que ser sempre quem mais ordena. Vinte e cinco de abril, Sempre. Obrigado--
- MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA: Muito obrigado Senhora Deputada.



Dou agora a palavra ao representante do CDS/PP.-----

- TRÊS - O SENHOR DEPUTADO MUNICIPAL TIAGO ANDRÉ DE ANDRADE COELHO PINHEL (CDS/PP): Excelentíssimos Senhores Presidente e Membros da Assembleia Municipal de Viseu, Excelentíssimos Senhores Presidente e Vereadores da Câmara Municipal de Viseu, Excelentíssimos Senhores Convidados e Excelente Público. Reunimos para recordar mais uma vez o dia que simbolizou há trinta e nove anos o quebrar com um sistema de procedimentos e mentalidades que inibiam direitos e liberdades, que hoje nos permitem estar aqui com reconhecida pluralidade de ideias a promover este ato natural duma sociedade democrática. Porém, é numa época especial da nossa história, que mais do que seguir o hábito esperado da comemoração de uma data, importa usar todos os valores que se esperam consumados após a mesma e construir uma visão futura, sabendo usar todas as conquistas que se alcançaram valorizando-as enquanto membros da vida ativa política e fundamentalmente como cidadãos. Reforço que como atores políticos que somos temos que ser artífices de consensos e estar orientados para o cumprimento dos interesses dos cidadãos e potenciar a contribuição de todos os verdadeiramente interessados na causa pública, envolvendo-os e valorizando o seu empenho. É este exercício que nos obriga a Liberdade. Dar ouvidos a quem legitima as nossas posições e alertar a sociedade civil que a sua intervenção, mais do que um direito conquistado, é um dever e um princípio que todos devem partilhar. Este trabalho conjunto, apesar de ter necessariamente uma liderança, é uma prática que se deve generalizar com o propósito de reforçar a construção ou reconstrução de um País com o apreço e consideração das suas gentes, que ajudam através das suas intervenções na sua região ou cidade tanto quanto essa mesma democracia é aí vivida e respeitada. Diz-nos a história que a falta de coragem atempada de impor limites nos conduziu à difícil situação em que nos encontramos e donde dificilmente sairemos a curto prazo se esta Liberdade não ajudar a sustentar uma sociedade crítica e interventiva, mas acima de tudo consciente e esclarecida capaz de reconhecer nos que se dedicam com orgulho com vontade e despejados de interesses a melhorar o nosso País, quando investidos na vida Política, quer no estado, quer nas suas Freguesias ou Concelhos. Importa até pelo calendário conhecido, realçar que um próximo momento da Democracia estará em breve a ser vivido. A mudança na Política Local com a eleição dos novos atores políticos tem de revelar essa mesma conquista. À semelhança do que sempre defendemos de que o vinte e cinco de abril não tem direitos individuais entregues, também agora é tempo de dar voz e oportunidade a novos cidadãos, confiantes que entregaram de si o que de melhor podem e sabem e que isso deverá ser a rampa de um novo ciclo de ambições e vontades que trarão novos princípios de crescimento e desenvolvimento às nossas terras que são a pedra basilar deste nosso Portugal. Só assim voltaremos a ter Portugal nas nossas mãos e quebraremos o ciclo de ausência quase total de participação dos cidadãos que fomentam as reformas estruturais. Só assim diminuiremos o impacto e as amarguras que isso acarreta no seio do nosso povo e desassossega qualquer espírito solidário, obrigando-nos a agir rapidamente com o máximo empenho e a potenciar no limite os escassos meios de que dispomos, contrariando o receio de não responder por muito mais tempo à satisfação das reais necessidades que nos abeiram e que infelizmente podem aumentar. Estas dificuldades não auguram tempos favoráveis e certamente trazem incertezas às famílias e aos portugueses que legitimamente manifestam algum descontentamento, mas jamais baixaremos os braços mesmo sabendo que não podemos escapar da agreste realidade que temos pela frente, isto é dar a cara por soluções, trabalhar mais duro mais tempo e para mais gente, sem interesses pessoais e com a mesma qualidade dando o exemplo para as gerações futuras que agora se fazem. Por isto, e à semelhança do que referi no primeiro discurso que proferi nesta Assembleia Sessão Comemorativa do vinte e cinco de abril, seria impossível fazer esta intervenção sem pensar nos mais jovens. Acreditemos na sua coragem e no seu querer, assumir um papel ativo, e procurar intervir através da política na preparação do seu próprio futuro que deve ser valorizado e assumido nos tempos que



correm como uma forte marca do que se conquistou em abril. Talvez assim se venha a combater a anunciada descrença e posterior afastamento a tudo que tem ligação a sectores como a política, ainda hoje entregue aos mesmos intervenientes, que apesar do seu valor são por vezes os que menos potenciam e valorizam a mudança que é algo intrínseco ao espírito de alguém sem vícios e crente apenas no seu trabalho. Acreditamos que só assim pode haver criação de massa crítica mais livre e descomplexada, imbuída de um espírito reformista capaz de virar a sociedade para o auxílio mútuo e desinteressado num clima de tolerância, capaz de suprimir as barreiras da desconfiança e descrença, reclamando uma sociedade mais nobre em proximidade com os meios de decisão. Outros sim, se há algo que nos deu o vinte e cinco de abril foi a possibilidade de pensar o futuro. Tenhamos a certeza que o amanhã somos todos nós que o fazemos, e é nossa crença que este só trará algo de bom se alimentado pela vontade e a força de cada um enquanto homens livres e sem barreiras à sua livre iniciativa. Cabe-nos hoje, numa época em que tudo é novo e desafiante, pôr no discurso o que se pode suportar com boas ações. Da nossa parte assumimos o compromisso de continuar a falar verdade, ser audaz e criativo, mas também prudente nas decisões. Ajuda-nos a data a dizer que pelo País pela nossa Terra pelo futuro de todos pugnaremos por uma ação e gestão corajosa, pura dura e séria para que o amanhã seja o que todos ambicionamos e já merecemos, seguida da esperança a que abril abriu outras portas. Obrigado.-----

- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Muito obrigado Senhor Deputado. Dou agora a palavra à representante do PS.-----

- **QUATRO - A SENHORA DEPUTADA MUNICIPAL FERNANDA DO SUL FERREIRA (PS):** Excelentíssimo Senhor Presidente e Membros da Assembleia Municipal de Viseu, Excelentíssimo Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Vereadores da Câmara Municipal de Viseu, Excelentíssimos Senhores Presidentes de Junta de Freguesia, Excelentíssimas Senhoras e Senhores Membros da Assembleia de Freguesia de Calde, Entidades Militares presentes, Representante da Comunicação Social e demais convidados. Sejam todos muito bem-vindos à freguesia de Calde.-----

Comemoramos hoje o trigésimo nono aniversário do vinte e cinco de abril de mil novecentos e setenta e quatro. Este dia poderia ter sido mais um, igual a tantos outros, não fosse a audácia e a coragem desses grandes obreiros da Revolução, os “Capitães de Abril”, que, sem hesitar e tendo o povo como adepto, permitiu derrubar o regime autoritário e profanador dos direitos humanos que oprimiu e reprimiu a liberdade e o progresso durante décadas no nosso país. Esta Revolução de carácter pacífico, exaltada pelo vermelho dos cravos, constituiu exemplo para o mundo, mostrando que para mudar um rumo não é necessária violência. Por isso, as primeiras palavras de agradecimento e homenagem são dirigidas a todos os militares portugueses que, naquela alvorada de vinte e cinco de abril de mil novecentos e setenta e quatro, movidos por grande espírito patriótico cumpriram com êxito a missão de restaurar a democracia que os portugueses tanto aspiravam. Democracia, esse tesouro inigualável, sublimado pelo ilustre escritor *Miguel Torga ao escrever: “A Flor da Primavera”/ “E é essa flor que nunca desespera”/ “No jardim da perpétua Primavera”*.-----

Com a implantação do regime democrático iniciou-se um processo de conquista de direitos e liberdades que nos permitem celebrar aqui, hoje, esta efeméride com lugar à pluralidade de opiniões, afirmando-nos enquanto pessoas, numa prática de cidadania ativa, nunca antes permitido pela censura. O vinte e cinco de abril de mil novecentos e setenta e quatro foi o início de período ímpar na história do nosso país no que respeita à garantia de direitos fundamentais dos cidadãos, no acesso à educação, à saúde, à justiça, ao bem-estar social. Significou o abrir de novos horizontes no combate às desigualdades com base no género, libertando a mulher de papéis seculares e estereótipos, permitindo-lhe a conquista do seu lugar na sociedade, sendo este um processo que carece de uma permanente construção. Esta data ditou o fim uma guerra colonial desnecessária e iníqua, onde os jovens foram obrigados a participar e que aprofundou a destruição da economia do país, a



desestruturação de famílias, a morte de milhares de vidas inocentes, entre as quais três filhos desta freguesia, e as deficiências e traumas com que tantos jovens tiveram de carregar para a vida inteira.-----

Foi dada a liberdade àqueles que tanto lutaram para que todos dela pudessem usufruir. Assim, os líderes oposicionistas exilados puderam regressar ao país que os viu nascer! Ressurgem os movimentos partidários e políticos contribuindo decisivamente para a construção da democracia! Portugal, o país “ orgulhosamente só”, fechado a novos ideais, abriu portas a novas relações com a Europa e com o mundo, com base nos princípios da igualdade, fraternidade e respeito mútuos.-----

É neste contexto que nasce o documento fundador da democracia portuguesa - a Constituição de mil novecentos e setenta e seis de onde floresceu o Poder Local Democrático, estruturado em municípios e freguesias, com as primeiras eleições de voto livre e democrático, marco fundamental para o desenvolvimento quer do país em geral, quer do nosso concelho em particular. O Poder Local, constitui-se órgão privilegiado no combate às assimetrias regionais, pela proximidade com os cidadãos, tendo permitido operar transformações, menorizando gradualmente o contraste entre freguesias rurais e urbanas. Foi um caminho iniciado com muito ainda para percorrer. Terminada a ditadura há quase quarenta anos, a democracia irrompeu na tentativa de resolver os problemas do país. Porém, quando se olha para o caminho percorrido, percebe-se que o que falta trilhar se apresenta muito sinuoso, com a tal badalada luz ao fundo do túnel a distanciar-se cada vez mais.-----

O país depara-se com graves problemas que tanto afligem e deprimem os portugueses. Confrontados com a destruição do estado social e a perda de direitos, adquiridos com esforço e dedicação ao longo de décadas, os portugueses recordam aos responsáveis governamentais a necessidade de valorizar essas conquistas e perpetuar os ideais de abril. Nunca, desde o dia vinte e cinco de abril de mil novecentos e setenta e quatro, “ Grândola, Vila Morena” se ouviu a tantas vozes! A simbologia desta data tão importante da nossa história que a todos nos orgulha, deve, acima de tudo, ser palco de reflexão sobre os seus princípios que lhe estão subjacentes, questionando-se a democracia que temos e a que ambicionamos. Não vivenciamos a democracia na sua plenitude, quando o flagelo do desemprego, transversal a todas as idades e profissões, mais preocupante na camada jovem, cresce diariamente, lançando para a ruína milhares de famílias. Quando os pais depois de tanto investirem na educação dos seus filhos, os veem emigrar à procura do primeiro emprego, porque o seu país não tem condições para os acolher. Quando o prosseguimento de estudos pelos jovens é posto em causa por motivos financeiros das famílias. Quando na educação se fazem abruptas mudanças sem justificar fundamentos, e cada vez mais são tidos em conta os números, em vez de se olharem os alunos como seres peculiares. Quando assistimos ao flagelo da violência doméstica. Quando os mais idosos sofrem carências e são abandonados. Quando proliferam as desigualdades económicas e sociais. Quando os trabalhadores indignados veem os seus salários cada vez mais precários, enquanto um grupo de privilegiados auferem remunerações indecorosas. Quando assistimos a casos de corrupção que nos indignam e que degradam a nossa democracia. Quando a própria classe política, à qual os portugueses confiaram a condução dos seus destinos, é olhada com descrédito. Quando nos deparamos com atitudes de intolerância e indiferença em relação à própria democracia.-----

Quando tudo isto acontece, urge (re) pensar a democracia como a vivência de uma verdadeira cidadania, de progressiva conquista de melhores condições de vida para todos e de uma intervenção cívica ativa. O ano de dois mil e treze consagrado pela Comissão Europeia como “ Ano Europeu dos Cidadãos”, ao assinalar o vigésimo aniversário da introdução da cidadania, da União pelo Tratado de Maastricht, em um de novembro de mil novecentos e noventa e três, vem reafirmar essa necessidade de uma sociedade mais humanizada, onde a igualdade esteja presente e o valor da fraternidade seja uma constante. Contudo, a Europa idealizada como espaço comum de solidariedade, de



partilha, de entreajuda entre mais poderosos e mais frágeis, tende a ser substituída pela ganância do poder económico dos mais fortes. Assistimos, sem a contestação necessária dos responsáveis políticos ao enriquecimento de certos países da União Europeia, enquanto Portugal desce para o leque dos países mais pobres. É tempo de mudar o rumo seguido! É tempo de todas as nações europeias se unirem e enfrentarem desafios, na tentativa de eliminar as diferenças, de impedir que o desenvolvimento de uns se verifique à custa dos sacrifícios de outros. Ao terminar a minha intervenção, quero transmitir a esperança de que, um futuro melhor, também passará por Portugal! Lutemos, em esforço coletivo, com a firmeza e capacidade empreendedora que sempre nos caracterizou, por mais e melhor qualidade de vida, pela equidade social, pelo crescimento económico sustentado e pelo emprego, pelo diálogo, pela segurança, pela paz, pela plena democracia! Por uma nova era em que os cidadãos sejam o centro de todas as preocupações políticas!--- Viva Portugal! Viva o 25 de abril!-----

- MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA: Muito obrigado Senhora Deputada. Dou agora a palavra à Senhora Deputada representante do PSD.-----

- CINCO - A SENHORA DEPUTADA MUNICIPAL SOFIA MARGARIDA GUEDES DE CAMPOS SALVADO PIRES (PSD): Muito bom dia. Cumprimento Senhor Presidente da Assembleia Municipal, os Senhores Secretários, o Senhor Presidente da Câmara e os Senhores Vereadores, os Senhores Deputados, os Senhores Convidados, Comunicação Social e restante Público. Queremos começar por agradecer à Freguesia de Calde, na pessoa do seu Presidente, este caloroso acolhimento numa data tão importante que deveria representar a união de todos os portugueses por um País.----- É uma Freguesia que se destaca pelas suas atividades tradicionais, como a agricultura, a pecuária, a apicultura e o linho, mas também pela indústria, de transformação de madeiras e granitos, de construção civil, de azeite, de aguardente e a de móveis. Muito Obrigado. -----

Os discursos do poder político, as comunicações dos nossos governantes, têm-se centrado sempre nas Finanças, agora, mais recentemente na Economia, mas muito raramente nas Pessoas. Depois de os ouvir, fica-nos sempre a sensação que existimos para trabalhar para essa mesma Economia. Na nossa ótica, os discursos estão claramente ao contrário, é a Economia, são as Finanças que devem ser pensadas para as pessoas e nunca o contrário. Neste sentido, é importante começarmos a incluir também um discurso Social, lembrando que é a sociedade democrática, que é a sociedade dos valores, que é a sociedade de todos nós que deverá centrar todas as nossas preocupações.-----

António Gedeão dizia que *“O Sonho Comanda a Vida...”* e por isso, podemos estar todos aqui a comemorar uma realidade que há trinta e nove anos foi o sonho concretizado. O vinte e cinco de abril tem que representar a esperança, a energia, a motivação, um novo sonho para concretizarmos Portugal como o nosso País. Citando o meu colega de Assembleia Dr. José Alberto que com muita clareza disse: *“Estas comemorações do vinte e cinco de abril ocorrem num período que é para muitos de incerteza, receio, e até alguma amargura. A crise financeira despertada por um endeusamento dos princípios do Mercado, conduziu-nos a um contexto europeu e mundial caracterizado por um aumento brutal do desemprego, pela desaceleração da economia e pela ameaça de recessão.”* Isto foi referido no vinte e cinco de abril do ano passado mas poderia ser uma afirmação de hoje. É verdade, vivemos uma situação complexa, mas o vinte e cinco de abril também permitiu percursos de liberdade, de muitas conquistas, mais a uns do que a outros, vejamos:-----

Ramalho Ortigão, escrevia em mil oitocentos e setenta e dois sobre a mulher: *“Ela é na casa um ente subalterno e passivo, que se manda, que se força, e que se espanca se desobedece (...). Ninguém a instrui, ninguém a distrai, ninguém procura tornar-lhe a existência doce e risonha, dar-lhe o nobre orgulho de ser amada, querida, necessária no mundo para mais alguma coisa do que lavar a casa, coser a roupa e cozinhar a comida”*. Esta conceção do feminino do feminino vai vigorar durante muitos anos no nosso país, e tornar-se-á particularmente evidente durante o Estado Novo. O Estado Novo foi



instaurado em Portugal em mil novecentos e trinta e três e terminou a vinte e cinco de abril de mil novecentos e setenta e quatro. Em relação à cidadania e liberdade política, até final da década de sessenta, as mulheres só podiam votar quando fossem chefes de família e possuísem um curso médio ou superior. Apenas podiam votar para as Juntas de Freguesias no caso de serem chefes de família (se fossem viúvas, por exemplo), tendo que apresentar atestado de idoneidade moral.-----

O vinte e cinco de abril de mil novecentos e setenta e quatro representou para as mulheres portuguesas uma autêntica revolução. Abriam-se as portas para a conquista de um lugar digno e justo na sociedade, com igualdade de direitos. É interessante que só com a Constituição de mil novecentos e setenta e seis, foi possível abolir uma série de articulados jurídicos que impediam a igualdade de género. Como exemplo, referimos a entrada em vigor, em mil novecentos e setenta e sete, da Revisão do Código Civil que veio permitir que a mulher deixasse de ter estatuto de dependência para ter estatuto de igualdade com o homem, e é também nesta reforma que desaparece a figura do “*Chefe de Família*”.-----

Na Educação também os progressos foram enormes. O Analfabetismo em Portugal tinha valores muito elevados e atingia sobretudo as mulheres. Em mil novecentos e oitenta tínhamos as seguintes taxas percentuais de escolarização: Catorze vírgula dois (pré escolar) onze vírgula sete (no ensino secundário). Em dois mil e onze nos mesmos níveis de ensino temos oitenta e cinco vírgula sete (pré-escolar) e setenta e dois vírgula cinco (ensino secundário) dados da Pordata. A Escola não era de frequência obrigatória e só em mil novecentos e oitenta e seis com a Lei de Bases da Educação passamos a ter a obrigatoriedade de frequentar a Escola, primeiro até à quarta classe, depois até ao sexto ano e agora, muito recentemente até ao décimo segundo ano. Segundo dados do INE, Censos de dois mil e onze, as mulheres agora “*estão em maioria no ensino secundário e superior.*” Sabemos que havendo um verdadeiro compromisso com a Educação, o resultado será a diminuição da violência, do desemprego e da pobreza no país, é o que nos permite progredir como povo, é o que nos permite a democracia. Permite ainda a igualdade de género, melhoria na saúde, ajuda a garantir a sustentabilidade ambiental, ajuda a Economia a crescer...!!! Sem pessoas e sem formação não teremos Empresas sustentáveis, não teremos Empresas modernas, não teremos Empresas geradoras de riqueza. Em relação aos Valores de Cidadania para a construção de uma Sociedade Inclusiva, também do vinte e cinco de abril até hoje percorremos um caminho de excelência, no respeito pelos direitos das crianças, acabando com o trabalho infantil, na proteção aos mais idosos, na defesa dos direitos dos portadores de deficiência e neste mês assinala-se a prevenção dos maus-tratos na infância, em que toda a sociedade está envolvida desde os Centros de Saúde, às Escolas, às Instituições, às CPCJ, aos Tribunais... etc. Queremos que as nossas crianças, que são o nosso capital do futuro, tenham uma sociedade onde possam crescer e desenvolver-se plenamente, já que serão, os nossos governantes de amanhã. Teremos então que nos questionar hoje o que queremos que sejam e que tipo de sociedade pretendemos que construam. Durante estes trinta e nove anos tornámos a nossa Sociedade mais integradora e inclusiva. Colocámos todas as crianças e jovens sem exceção nas Escolas, acabamos com o internamento de portadores de deficiência em grandes instituições, permitindo que a sociedade seja de todos e para todos, praticando assim a mais elementar justiça. Por outro lado, novos desafios foram surgindo resultado de toda esta transformação social. Os nossos jovens confrontam-se hoje com uma sociedade envelhecida, os Censos dois mil e onze e a Pordata mostram-nos um País onde, existiam cento e vinte e nove idosos por cada cem jovens. A par desta constatação, a desertificação no interior do país registou um aumento significativo. Em relação à participação feminina na vida ativa e de acordo com a informação apurada pelo INE, apenas seis por cento dos membros dos Conselhos de Administração das empresas que em dois mil e onze integravam o Psi20 eram mulheres, valor inferior em sete vírgulas sete pontos percentuais à média de União Europeia dos vinte e sete e muito aquém da meta dos quarenta por cento definida pela Comissão Europeia para dois mil e vinte. Em



dezembro de dois mil e doze, já tinham sido assassinadas mais nove mulheres do que em dois mil e onze, e até final de novembro registaram-se trinta e seis vítimas mortais e quarenta e nove, foram alvo de tentativa de homicídio. Não muito diferente de mil oitocentos e setenta e dois, segundo Ramalho Ortigão...!!!.-----
 Ainda lutamos pela inclusão plena de todos os cidadãos sem discriminações de raça, religião, género, deficiências,... ainda lutamos por um País coeso e solidário que coloque as pessoas como centro de todas as suas políticas, e que aquilo que motiva cada um, possa também ser a motivação de todos. A revolução do vinte e cinco de abril alterou o Regime, o que temos que agradecer aos “Capitães de abril”, os Portugueses voltaram a ser soberanos, representando isso a Liberdade. Nenhum povo é soberano se não for cada um dos cidadãos, se cada um não puder manifestar-se livremente, participar ativamente com palavras e atos na construção do seu País. É essa a verdadeira Liberdade, é essa a verdadeira Soberania.-----
 Para que a História não se repita, é necessário que os nossos jovens nascidos depois do vinte e cinco de abril de mil novecentos e setenta e quatro tenham conhecimento desse momento histórico que aqui comemoramos e que cresçam com a consciência de que as conquistas democráticas são consequência da Revolução, mas, não devemos ficar para sempre reféns desta. Temos que transformar Abril, numa ideia, de Todos, abril não pertence só a um grupo, pertence à nossa história coletiva.-----
 Hoje, faz ainda mais sentido congregarmos tudo e todos a esta ideia a esta construção de um País que nos faz sentir que abril valeu a pena, e que agora temos que transformar num objetivo, numa meta, diria mais, numa MISSÃO.-----
 Somos nós, são os nossos pais e os nossos filhos que merecem o nosso empenhamento, o nosso esforço, a nossa motivação, comemorar ABRIL significa, transformar os ideais do passado na Liberdade do presente para construirmos um País nosso, um PAÍS de justiça, honra, dever, tolerância e esperança.-----
 Viva o vinte e cinco de abril pelo que nos deu!-----
 Viva Portugal que queremos continuar a construir! Obrigada.-----
 - **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Muito obrigado Senhora Deputada. Agora nos termos da Ordem dos Trabalhos irei usar da palavra enquanto Presidente da Assembleia.-----
 - **SEIS – O SENHOR PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL:** Começo por cumprimentar o Dr. Fernando Ruas, Presidente da Câmara Municipal de Viseu, os Senhores Deputados e as Senhoras Deputadas Municipais, os Caros membros da Mesa da Assembleia Municipal, as Senhoras e os Senhores Vereadores do Executivo Municipal, os Senhores Presidentes das Juntas de Freguesias presentes, aqui com um especial destaque para o Senhor Presidente da Junta de Calde que nos acolhe nesta Sessão tão participada e que desde já realço e aproveito também para na pessoa do Senhor Presidente da Junta de Calde cumprimentar todos os Cidadãos da Freguesia e agradecer por um lado o acolhimento e ao mesmo tempo também aproveitar para saudar o Senhor Presidente da Associação de Várzea de Calde, também pelo facto de nos disponibilizar hoje as instalações para realizarmos lá uma iniciativa. Quero cumprimentar também as Entidades presentes, fazendo aqui como sempre uma referência a uma presença permanente, a um Capitão de Abril, que temos sempre a honra de ter aqui entre nós, agora Coronel Costeira, Minhas Senhoras e Meus Senhores. Queria portanto começar por realçar e renovar o agradecimento a Calde por nos acolher, realçar aqui também uma Sessão que foi passada grande parte dela no feminino o que é também um dado a realçar, e nesta que é efetivamente a última Sessão Comemorativa do Vinte e Cinco de Abril desta Assembleia, nesta composição, por que enfim haverá com certeza uma outra composição no futuro. Não queria deixar também neste início da minha intervenção evocar alguém por quem temos um grande respeito no ponto de vista da sua memória, António José Coelho de Araújo que como Presidente desta Assembleia Municipal, lançou estas Comemorações do Vinte e Cinco de Abril e neste seu formato, de levar as Comemorações às Freguesias



Urbanas, Suburbanas e também Rurais, numa boa prática que fomos mantendo e que esperemos que efetivamente venham a permanecer no futuro. Foi claramente um exemplo que nos deu, foi também e é para nós um exemplo inspirador de ação cívica e de amor à sua terra.....

O Vinte e Cinco de Abril tem um lugar cativo na história de Portugal, mas à democracia e aos seus desígnios fundadores não basta um lugar na história. Abril terá de ser um símbolo vivo para o nosso presente e também para o nosso futuro coletivos. E para os jovens de hoje em particular, e estas Sessões também foram iniciadas exatamente com o objetivo de ir passando o testemunho a estas novas gerações que importa saberem que hoje se vive em Liberdade, como se respira, mas que não foi sempre assim e que de facto estes quase quarenta anos do pós vinte e cinco de abril tem sido um sucessivo conquistar de princípios e um sucessivo colocar no terreno um conjunto de valores. Um símbolo vivo de liberdade individual e coletiva, de desenvolvimento social e económico, de descentralização, de equidade de oportunidades e de sustentabilidade, a pensar nas gerações presentes e também nas gerações vindouras.....

Caros Membros da Assembleia Municipal, Caros Convidados, a aproximação que realizámos nas últimas três décadas aos padrões mais elevados de vida foi enorme. Se fizermos um esforço de viajar no tempo, quase não nos reconhecemos no que éramos e no que tínhamos. Há um espanto quando recuamos na memória e persistimos hoje só em enfatizar os aspetos negativos. Viseu, cidade-região, é hoje uma referência de qualidade de vida em Portugal e de resiliência social e económica num interior muito ameaçado. Somos uma prova das aquisições da democracia e do desenvolvimento que ela trouxe consigo, nomeadamente depois da integração na União Europeia, mas também somos o fruto da nossa própria identidade da nossa capacidade de nos autodeterminarmos, da nossa capacidade para escolhermos os caminhos que quisermos percorrer ao longo destes tempos. Muito devemos às mulheres e aos homens que construíram, em Viseu e para Viseu, um caminho der desenvolvimento e prosperidade designadamente nas últimas três décadas. É claramente um legado inestimável, que devemos saber honrar e renovar respondendo às novas exigências do presente e também aos desafios que todos os dias o futuro nos coloca. Evocar Abril fará sentido se soubermos atribuir-lhe um significado para os nossos dias, e um sentido atual e relevante. Não podemos olhar Abril sempre à luz dos mesmos olhos. Temos que olhar à luz daquilo que vai sendo a evolução do nosso País e do Mundo. Podemos e devemos beber também nos símbolos locais e concelhios, sentidos inspiradores para a nossa ação como comunidade. Quando olhamos para o Brasão da Cidade, no homem que sopra uma buzina numa das torres do castelo inscrito no brasão de armas de Viseu, podemos reconhecer o valor da coragem o sentido de urgência que deve marcar a nossa ação coletiva hoje. Para os desafios de hoje, deve também inspirar-nos a coragem e a visão manifestos no papel histórico do nosso Regimento de Infantaria de Viseu, no movimento revolucionário de mil novecentos e setenta e quatro, e na operação de libertação dos presos políticos que estavam em Peniche. Também hoje recordamos e evocamos esse papel e esses acontecimentos que nos honram e que nos marcaram. Como todos sabemos e sentimos no dia-a-dia, Portugal vive hoje um momento muito marcante e exigente da sua história, um momento que deve fazer apelo ao melhor de todos nós. Da nossa solidariedade da nossa fraternidade e também do nosso espírito de combate e também de resiliência, esta expressão que hoje tanto se aplica. As causas desta crise sem precedentes estão mais do que diagnosticadas. Conhecemos as suas razões e origens e devemos rejeitar branqueamentos dos erros do passado e também dos seus autores. Pedese hoje ao Governo, às instituições, às empresas e às pessoas, e aos cidadãos que reabilitem o País. O País que é o nosso, é este em que vivemos e onde temos muito orgulho com os nossos quase nove séculos de história, que foi posto na eminência de uma bancarrota, sem reputação internacional e sem crédito para a sua economia. Passámos pelo embaraço de pedir ajuda financeira internacional e de nos sujeitarmos a um doloroso programa de ajustamento, que afeta as famílias as pessoas e também as funções do Estado. Tivemos de



mudar de vida, de corrigir os desequilíbrios gritantes das nossas contas públicas e da balança comercial externa e renegociar contratos ruinosos para o Estado. Todos sabemos por experiência própria que não dá bom resultado gastar mais do que se tem e o que não se tem. Felizmente o Município de Viseu, liderado pelo Dr. Fernando Ruas passou ao lado desta deriva irresponsável e destrutiva. Entretanto, a credibilidade internacional de Portugal foi recuperada. Temos crédito lá fora e restabelecemos as condições para um financiamento estável das empresas das famílias e do Estado. Pusemos as exportações a crescer como nunca antes, e é no aumento das exportações que radica, em grande parte, a via de um crescimento sustentável da riqueza e do emprego. Em dois mil e doze, e é bom aqui recordar, num clima de retração económica mundial, as nossas empresas com os seus trabalhadores fizeram crescer as nossas exportações de bens e serviços. Foram mais de sessenta e quatro mil milhões de euros de exportações que o nosso País fez. Redescobrimos a rota dos navegadores dos descobrimentos dos séculos XV e XVI. Na nossa fachada atlântica, em África e na Ásia, nos Países de Língua Oficial Portuguesa, na China e na Venezuela, só para dar alguns exemplos. No leque dos exportadores nacionais, estão também empresas do nosso Concelho, e bastantes felizmente que são referências na sua área de atuação. Em dois mil e doze, corrigimos praticamente o défice da nossa balança comercial externa. Em dois mil e dez cobríamos apenas setenta e oito vírgula oito por cento do que comprávamos lá fora com aquilo que vendíamos, atingindo aqui também aquilo que é um indicador positivo e que significa também a resistência da nossa comunidade e também da nossa economia. Tivemos de mudar de vida e de criar um novo caminho. Um Caminho para uma reforma sustentável do crescimento económico e do emprego. Como sabem pude participar muito ativamente em todo este percurso e na elaboração da estratégia de crescimento e fomento industrial que foi esta semana aprovada. Entre dois mil e dois mil e dez, e é um dado que gostava aqui de realçar, as atividades ligadas à indústria caíram quatro vírgula três por cento em Portugal, numa nefasta tendência de terciarização. A reindustrialização voltou agora, e bem, à agenda política e económica do país. Este plano estratégico não é mais uma receita do passado, e é um plano que pretende ser discutido com os parceiros sociais, com todos os atores para efetivamente de uma vez por todas conseguirmos mudar de paradigma e pensarmos que só podemos crescer, só podemos mudar de vida e voltar a ter mais qualidade de vida se efetivamente conseguirmos produzir bens e serviços transacionáveis e não pensarmos que podemos viver só de serviços. É uma política estruturada, com cabeça, tronco e membros, com medidas concretas para o fomento industrial, o aumento do financiamento às Pequenas e Médias Empresas, o estímulo à exportação, à atração de investimento externo e à criação de emprego sustentável. As exigências de agora não podem, não devem toldar a nossa visão para o que estamos a construir.-----

Ninguém ficou imune à crise e aos seus efeitos, nem o Concelho de Viseu. Felizmente soubemos, através da gestão do Executivo contrariar muita desta tendência e viver este período de uma forma diferente do que estão a viver outros Concelhos. Temos no entanto, na nossa história, na qualidade de vida superior que construímos, nas nossas instituições de ciência e de ensino superior, e nas nossas empresas forças vivas e âncoras de progresso. Historicamente e coletivamente, construímos muito. Viseu é hoje um luzeiro no interior do país e uma centralidade na sua região, em múltiplos aspetos. Soube alargar horizontes e agregar em seu torno vizinhanças virtuosas, sem perder voz nem identidade. Desenvolveu-se e cresceu demograficamente, afirmou-se como a “Melhor Cidade Para Viver no País”, é um exemplo na sustentabilidade ambiental, radicou instituições de ciência e ensino superior que são uma referência na região, acolheu grupos e empresas de grande valor económico para o País. Viseu encontra hoje em si mesma, as energias, os talentos e as respostas que precisa para vencer os desafios que se nos deparam. Mas Viseu também não prescinde de uma agenda de desenvolvimento para a próxima década. Uma agenda coletiva que pense estrategicamente o futuro. Uma agenda que valorize a identidade, o património, a cidade e a qualidade de vida em Viseu como recursos de bem-estar, de



atração de pessoas e de desenvolvimento económico. Uma agenda que atraia investidores, estimule as PME e lhes favoreça o acesso a incentivos e condições de desenvolvimento, financiamento ou internacionalização mais vantajosa, criando dinâmicas e emprego. Uma agenda de valorização turística e dos recursos agroalimentares, no seio de uma estratégia económica diferenciadora, mas forte, no contexto da Região de Viseu Dão-Lafões. Uma agenda que esteja ao lado das instituições sociais, culturais, educativas e desportivas e que faça desse tecido um valor ainda mais forte na atratividade do concelho e na sua inclusão social. Uma agenda de cooperação, de cooperação inteligente. Cooperação territorial inteligente, que ative o triângulo virtuoso que deve unir as empresas, o mundo da ciência e também o poder municipal. Não há desenvolvimento local fora deste triângulo. O nosso capital humano e social é claramente e foi sempre o nosso principal ativo. Porventura, algum dele, deste capital humano na nossa “Diáspora”. Empresários, investigadores, cientistas, artistas, líderes de opinião reputados. Teremos de os chamar, valorizar, atrair para criar laços de desenvolvimento e cooperação, na terra e lá fora. Em cada viseense há um ativo para o presente e há também um ativo para o futuro. Congregar essas forças no concelho é um desígnio permanente, urgente e estratégico. Como escreveu um célebre escritor, *“as pontes não são sustentadas por esta ou aquela pedra individualmente, mas pelo conjunto que elas formam”*.-----

Gostava também de abordar um outro desafio que temos pela frente e que é bom falar dele também em abril. Dentro de meio ano Portugal deverá ter já negociado e fechado com a Comissão Europeia o “Acordo de Parceria” para o “Novo QREN”, para o novo período dos fundos comunitários, ou seja para o pacote de fundos estruturais que serão aplicados em Portugal entre dois mil e catorze e dois mil e vinte.-----

Viseu teve no atual QREN um forte instrumento de apoio ao seu desenvolvimento. Na requalificação da rede escolar, na regeneração urbana do espaço público, na qualificação ambiental e no seu sistema de água e saneamento. Viseu conta aliás, com bons argumentos e pergaminhos. É um Município exemplar na aplicação e na execução dos dinheiros do atual QREN, muitíssimo acima da média nacional e gostava de o realçar. Pode testemunhar de perto essa realidade, tanto como Presidente da Assembleia Municipal, como também nas responsabilidades que tive na coordenação destes fundos, e nesse contexto, pude também, com orgulho, verificar que nos últimos dois anos, Viseu soube, inteligentemente, aproveitar do QREN ainda mais recursos do que nos quatro primeiros anos, num total de oitenta e seis milhões de euros de financiamento comunitário. O futuro quadro comunitário de apoio irá conhecer uma nova orientação e uma nova filosofia, ao lado dos temas da competitividade económica, social e territorial. São três os lemas estratégicos que conformam a estratégia comunitária: Um crescimento inteligente, um crescimento sustentável e um crescimento inclusivo. Que é o mesmo que dizer um crescimento que a todos envolva nos seus diferentes vetores, um crescimento sustentável porque queremos um crescimento com qualidade de vida e amigo do ambiente e um crescimento inclusivo porque o queremos com todos, isto é, tendo em atenção aqueles que mais precisam e dando aqui também uma lógica ao social que é fundamental. O “Novo QREN” será uma grande oportunidade para o desenvolvimento do Concelho. Uma visão sobre as estratégias locais de crescimento, emprego e inclusão social não podem ser adiadas ou alijadas no Poder Central, e terão que estar claramente no cerne desta opção. Viseu tem tido uma voz e seguramente que a terá, também aí o seu capital social, humano e científico deve ser chamado para esse desígnio. Também assim e também aqui se cumprem os desígnios fundamentais de Abril e da Democracia. Viseu soube ao longo destes quase quarenta anos de Democracia em Portugal, aliar à Democracia, também o progresso e a consolidação enquanto região que do interior, passou a ser de facto uma referência do ponto de vista Nacional e Internacional. Foi assim que os Viseenses optaram por construir Abril e penso que seremos um bom exemplo de como se tem construído o espírito do Vinte e Cinco de Abril, não só numa gestão eficaz como também numa gestão de proximidade com todos aqueles que são os nossos concidadãos. Este também é o desafio



que temos, de continuar a construir Abril, construir os seus princípios que foram os da Liberdade da Igualdade da Fraternidade, construí-los numa lógica com todos, com dizia alguém hoje aqui nesta Sessão, “o Vinte e Cinco de Abril, não é património de um grupo, é um património de todos”. De todos os cidadãos portugueses e é assim que o devemos ver, é assim que o devemos comemorar, de uma forma dinâmica, atualizando os valores de Abril sempre ao momento que vivemos e não nos apegando a valores do passado porque a história vai evoluindo, a situação vai evoluindo e temos que ser capazes de em cada momento responder. Por outro lado, festejar Abril num momento difícil como este, é também um desafio, porque é também a forma de provarmos que conseguiremos ultrapassar mais uma vez estes obstáculos que temos pela frente e daqui a um ano ou dois olharmos para trás e verificarmos que enquanto atores que éramos num determinado momento com responsabilidades, soubemos responder como os “Capitães de Abril” responderam naquele magnífico dia e dizer tivemos e honrámos as nossas responsabilidades e ajudámos a ultrapassar as dificuldades coletivas com que todos estamos. É assim que se constrói a vida, não é destruindo e procurando todos os dias pôr tudo em causa sem encontrarmos soluções para nós para os nossos filhos e para todos aqueles que virão. É assim também que passaremos o testemunho às gerações mais jovens e lhes inculcaremos de facto estes valores que a todos nós nos motivam para podermos andar envolvidos nesta vida cívica em que nos envolvemos.-----

Muito obrigado pela vossa atenção e continuação de um bom dia.----- - -

- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Finalizámos assim as intervenções dentro da Ordem de Trabalhos desta Sessão Comemorativa do Vinte e Cinco de Abril. Vamos agora porque ainda é cedo e efetivamente almoçar ao meio dia não me parece muito adequado, mas começámos a horas e conseguimos que a Sessão durasse exatamente uma hora. O que é que eu sugeria se estivessem de acordo. Nós tínhamos previsto uma visita ao Museu de Calde a seguir ao almoço, talvez pudéssemos ganhar aqui, se efetivamente os serviços estiverem preparados, estou aqui a pregar uma partida à Dr.^a Ana Paula, eventualmente podíamos ganhar aqui tempo de fazermos a visita agora ao Museu e depois iríamos almoçar à Associação de Várzea de Calde, uma refeição que será servida pelo Restaurante o “Milénio” daqui da Fontinha da Pedra. Ao mesmo tempo agradecer também aqui ao Senhor Presidente da Câmara e ao Executivo Municipal a amabilidade habitual que tiveram de criar as condições para que efetivamente pudéssemos comemorar o Vinte e Cinco de Abril desta vez na Freguesia de Calde. Queria mais uma vez agradecer ao Senhor Presidente da Junta e a todos aqueles que estiveram envolvidos nesta Sessão, agradecer a vossa presença e dar então por encerrada a nossa Sessão Comemorativa. Muito Obrigado.-----

O Senhor Presidente da Mesa deu por encerrada a Sessão e do que nela foi dito lavrou-se a presente Ata, que vai ser assinada por mim, _____ Primeiro Secretário e pelo Presidente da Mesa, nos termos do número três do artigo quinquagésimo oitavo do Regimento em vigor. -----

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

(António Joaquim Almeida Henriques)